Invest Capitalização S.A.

CNPJ 93.202.448/0001-79
NIRE 43300054594

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA INVEST CAPITALIZAÇÃO S/A Exercícios 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Srs. Acionistas, A Invest Capitalização S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, coloca à disposição de V.Sas, para sua apreciação, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2014. **MERCADO DE CAPITALIZAÇÃO:** Já há alguns anos, o Mercado de Capitalização, vem aumentando significativamente sua participação no PIB do país. Neste cenário de crescimento, a Invest Capitalização S.A. pretende ampliar sua estrutura a fim de, não só acompanhar este crescimento, mas superá-lo, investindo em pessoal, sistema e instalações, com o intuito especial de inserir definitivamente a empresa no segmento de títulos de capitalização da modalidade Popular e Incentivo, sendo um dos principais operadores do mercado. **DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO:** A empresa apresentou no exercício de 2014 um Lucro Líquido de R$ 322.245, resultado este basicamente financeiro. O principal motivo deste resultado aquém do previsto foi que a companhia, neste período, esteve retomando seus projetos e clientes, após a finalização do Regime Especial de Intervenção imposto pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, findado em 07 de fevereiro de 2014. A estratégia para 2015 é aproveitar as diversas oportunidades existentes no mercado, intensificando ações necessárias em decorrência do processo de crescimento e consolidação da empresa no Mercado de Capitalização. **CONTROLES INTERNOS:** A Sociedade, em atendimento à Circular SUSEP n° 249/04, alterada pela Circular SUSEP n° 363/08, mantém contrato de Auditoria Interna com Soares & Associados Auditores Independentes Soc. Simples, no intuito de aferir a manutenção de seus procedimentos de controles internos. Todos os procedimentos necessários ao pleno atendimento da Circular SUSEP n° 280/04 foram observados, estando a Sociedade resguardada por um sistema de controles internos em funcionamento e disponibilizado na rede corporativa a todos os colaboradores, contendo manuais, organogramas e fluxogramas que permeiam os processos e a estrutura da Sociedade, atendendo às determinações previstas no normativo. O sistema de controles internos da empresa, voltado para a mitigação de riscos, visa à eficiência de suas operações, a geração de relatórios financeiros e a observância às normas internas e externas, sendo mantido em contínuo aprimoramento e sendo considerado adequado ao porte e complexidade dos negócios. **PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO:** A Invest Capitalização S/A dissemina continuamente as práticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro para todos seus colaboradores e em todos os níveis da sua estrutura organizacional, através de manual interno, distribuição de cartilha explicativa, realização de treinamentos, bem como utilizando ferramentas de gestão e consultores externos, conforme estabelece a Lei 9.613/1998 (atualizada pela Lei 12.683/2012). **CAPITAL MÍNIMO – RESOLUÇÃO CNSP N° 302/2013:** O Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, em 16 de dezembro de 2013 editou a Resolução CNSP n° 302, que dispõe sobre Capital Mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de Previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais, a qual entrou em vigor a partir de 01/01/2014 revogando a Resolução CNSP nº 282/2013. A Invest Capitalização S/A possui Patrimônio Líquido compatível para atender a referida disposição legal. **DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA:** Em atenção à Circular SUSEP n° 483, de 06 de janeiro de 2014, declaramos que a empresa possui capacidade financeira compatível com as suas operações. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** De posse de um amplo portfólio de produtos e serviços, o objetivo da empresa para o exercício de 2015 é intensificar suas ações, em especial investindo forte na sua reestruturação (pessoal, sistema, instalações, etc) com o intuito de nos fazermos mais presentes nos canais de comercialização de Títulos de Capitalização, bem como aprofundar processo de desburocratização da estrutura organizacional. Ao findar este exercício, reafirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na Direção da Empresa. Aproveitamos para agradecer ao mercado e aos nossos colaboradores, que acreditaram e contribuíram para a realização dos projetos da Empresa, transformando em realidade os nossos ideais. Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2015. A Diretoria

Balanço Patrimonial - 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 (Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota nº	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		**3.935.853**	**2.550.172**
DISPONÍVEL	3a	1.139.131	657.187
Caixa e Bancos		1.139.131	657.187
APLICAÇÕES	5	1.250.623	723.966
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	3c	1.393.430	898.281
Títulos e Créditos a Receber		152.041	270.489
Títulos e Créditos a Receber		-	74
Créditos Tributários e Previdenciários	3d1	146.178	263.619
Outros Créditos	3d2	5.863	6.796
DESPESAS ANTECIPADAS		628	249
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**11.571.941**	**11.670.365**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.570.900	11.667.281
APLICAÇÕES	5	11.570.900	11.667.281
IMOBILIZADO	3f	1.041	3.084
Bens Móveis		2.500	5.001
(-) Depreciações		(1.459)	(1.917)
TOTAL DO ATIVO		**15.507.794**	**14.220.537**

PASSIVO	Nota nº	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		**2.846.004**	**1.803.924**
CONTAS A PAGAR	6	679.552	489.356
Obrigações a pagar		187.664	156.535
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		244.734	39.921
Encargos Trabalhistas		24.219	21.856
Impostos e Contribuições		222.935	271.044
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	7	187.667	-
PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO	8	1.978.785	1.314.568
Provisão para resgates		792.127	920.455
Provisão para sorteio		1.186.658	394.113
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**-**	**2.296**
CONTAS A PAGAR		-	2.296
Tributos Diferidos		-	2.296
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**12.661.790**	**12.414.317**
Capital Social	10a	11.300.001	11.300.001
Reservas de Lucros	10b	1.365.254	1.043.009
Ajustes de Avaliação Patrimonial	10c	(3.465)	71.307
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**15.507.794**	**14.220.537**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado
31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 (Valores expressos em reais)

	Nota nº	31/12/2014	31/12/2013
RECEITA LIQUIDA C/ TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO		**8.654.101**	**2.838.890**
(+) Arrecadação c/ Títulos de Capitalização		9.962.323	4.352.646
(-) Variação da Provisão para Resgate		(1.308.222)	(1.513.756)
RESULTADO COM SORTEIOS		**(6.272.542)**	**(1.918.609)**
(-) CUSTO DE AQUISIÇÃO	13a	**(2.010.171)**	**(455.669)**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	13b	**55.430**	**19.063**
Outras Receitas Operacionais		55.430	19.063
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	13c	**(1.065.447)**	**(412.963)**
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	13d	**(217.909)**	**(139.446)**
(+) RESULTADO FINANCEIRO	13e	**1.353.608**	**659.117**
(=) RESULTADO OPERACIONAL		**497.070**	**590.383**
GANHOS E PERDAS C/ ATIVOS NÃO CORRENTES		**4**	**-**
(=) RESULTADO ANTES DOS IMP. E CONTRIBUIÇÕES		**497.074**	**590.383**
(-) Imposto de Renda	13f	(100.269)	(157.600)
(-) Contribuição Social	13f	(74.560)	(108.960)
(=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO		**322.245**	**323.823**
QUANTIDADE DE AÇÕES	10a	**8.483.958**	**8.483.958**
(=) LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO POR AÇÕES		**0,04**	**0,04**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 (Valores expressos em reais)

	Capital social	Reservas de Lucros			Ajuste TVM	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Dividendos	Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	**11.300.001**	**35.959**	**170.807**	**512.420**	**34.826**	**-**	**12.054.013**
TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	36.481		36.481
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-		323.823	323.823
PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO	**-**	**16.191**	**76.908**	**230.724**		**(323.823)**	
Reserva legal	-	16.191	-	-	-	(16.191)	-
Reserva especial p/ dividendos	-	-	76.908	-	-	(76.908)	-
Reservas de retenção de lucros	-	-	-	230.724	-	(230.724)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	**11.300.001**	**52.150**	**247.715**	**743.144**	**71.307**	**-**	**12.414.317**
TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	-	-	(74.772)	-	(74.772)
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	322.245	322.245
PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO	**-**	**16.113**	**76.533**	**229.599**	**-**	**(322.245)**	**-**
Reserva legal	-	16.113	-	-	-	(16.113)	-
Res especial p/ dividendos	-	-	76.533	-	-	(76.533)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	229.599	-	(229.599)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**11.300.001**	**68.263**	**324.248**	**972.743**	**(3.465)**	**-**	**12.661.790**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Indireto
31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 (Valores expressos em reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Líquido do Período	322.245	323.823
Ajustes Para:		
Depreciação	713	1.000
Ganho na alienação do Imobilizado	(4)	-
Variação nas contas Patrimoniais:		
Ativos financeiros	(430.275)	(332.909)
Créditos das Operações de Capitalização	(495.149)	(898.281)
Despesas Antecipadas	(379)	(249)
Outros ativos	118.448	(219.480)
Outras contas a pagar	238.306	390.823
Impostos e contribuições	(48.109)	1.949
Depósitos de Terceiros	187.667	
Provisões Técnicas - Capitalização	664.217	1.257.181
Outros Passivos	(77.070)	36.481
Caixa Gerado (Consumido) pelas Operações	**480.610**	**560.338**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda de Imobilizado	1.334	-
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Ativ. de Investimento	**1.334**	**-**
Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**481.944**	**560.338**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**657.187**	**96.849**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**1.139.131**	**657.187**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente
31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 (valores expressos em reais)

	31/12/2014	31/12/2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	322.245	323.823
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(3.465)	71.307
Efeitos tributários sobre os resultados abrangentes (40%)		(28.523)
Var. líq. valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(3.465)	42.784
RESULTADO ABRANG. DO EXERC., LÍQ. DOS IMPOSTOS	**318.780**	**366.607**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERC., ATRIBUÍVEL AOS:		
Acionistas da empresa controladora	**318.780**	**366.607**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 (Valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional: A Invest Capitalização S.A. ("Companhia"), empresa controlada pela Investprev Seguradora S.A., é uma sociedade de capital fechado, com autonomia administrativa e financeira, e tem como objetivo social operar em produtos de capitalização em todo o território nacional. A Companhia está localizada na Av. Carlos Gomes, 222 – 10º andar, em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. A Companhia foi constituída em 28 de maio de 2003 e, a partir de 6 de maio de 2011 a Invest Capitalização S.A., solicitou junto à SUSEP a aprovação para iniciar as atividades. A Investprev Seguradora S.A possui 99,99% do capital social da Companhia. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2015. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade:** Em 06 de janeiro de 2014, a Superintendência de seguros privados – SUSEP emitiu a Circular nº 483/2014 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas sociedades de capitalização, sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradoras locais, instituídas pela Resolução CNSP nº 86, de 03 de setembro de 2002. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e revoga a Circular Susep nº 464 de 01 de março de 2013, com efeitos retroativos a 01/01/2014. Sendo assim, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 483/14 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **b) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais do Balanço Patrimonial: *i.* Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;e *ii.* Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **c) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme CPC 21 e instruções do órgão regulador. Para o balanço patrimonial, e para as demais peças, utilizaram-se informações constantes no período imediatamente precedente. **d) Continuidade:** A administração avaliou as operações da Companhia e concluiu que a mesma possui recursos suficientes para operar, estando aprovado o Plano de Negócios e as Notas Técnicas. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação. A Companhia não possui ativos e/ou passivos monetários, denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação, porém deve ser medido em bases confiáveis para que as demonstrações contábeis não sejam prejudicadas. Estimativas e premissas são verificadas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo período financeiro. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldo positivo em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis cujo vencimento das operações seja igual ou inferior a 90 dias entre a data da aquisição e o vencimento e com risco muito pequeno de mudança de seu valor de mercado e que não afetam a vinculação com os ativos garantidores. **b) Instrumentos Financeiros:** *Ativos Financeiros:* A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; • Mantidos até o vencimento; • Disponíveis para venda; e • Recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. *i.* Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *ii.* Ativos financeiros mantidos até o vencimento: São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. *iii.* Ativos financeiros disponíveis para venda: Compreende, os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv.* Recebíveis: Os recebíveis da Companhia compreendem os créditos das operações de capitalização e demais contas a receber. *v.* Determinação do valor justo: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços divulgados. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. *Redução ao valor recuperável (ativo financeiro)*: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *Passivos financeiros:* Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Créditos das Operações de Capitalização:** As receitas com títulos de capitalização são registradas no resultado a partir da data da emissão dos títulos os recursos a serem ingressados pelo subscritor e pelas instituições parceiras, cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes. **d) Títulos e Créditos a Receber:** Os títulos e créditos a receber estão demonstrados abaixo: *d.1.* Créditos Tributários e Previdenciários: Compreende, substancialmente, as antecipações de impostos (IRPJ e CSLL) do exercício 2014. A Companhia apresentou um saldo de R$ 146.178 (R$ 263.619 em 2013) de créditos tributários. O valor será baixado em janeiro 2015 quando será realizado o confronto do valor devido com o valor antecipado.

	31/12/2014	31/12/2013
IRRF a compensar	4.380	2.250
Antecipação do IRPJ	80.374	155.818
Antecipação do CSLL	61.424	105.551
Total	**146.178**	**263.619**

d.2. Outros Créditos: Referem-se a adiantamento de férias de funcionários e valores bloqueados em conta corrente por decisão judicial.

	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamento de férias	4.613	6.796
Saldos bancários bloqueados	1.250	-
Total	**5.863**	**6.796**

e) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída redução ao valor recuperável para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Pelas análises e julgamentos efetuados, a conclusão da Administração é de que não é necessária a constituição de redução ao valor recuperável de seus ativos não financeiros no exercício. **f) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio da Companhia compreende: equipamentos no valor de R$ 1.041 (R$ 3.084 em 2013). O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada até a data de 31 de dezembro de 2014. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação de itens do ativo imobilizado é calculada pelo o método pro rata die e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC n° 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP n° 483/2014, sendo classificados nas seguintes categorias: • Contingências ativas: Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos. • Contingências passivas: São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Obrigações legais – fiscais e previdenciárias: Referem-se às demandas judiciais por meio das quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **h) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que em um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas e riscos envolvidos. **i) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, considerando que as receitas de capitalização e provisões técnicas são reconhecidas no resultado a partir da data da emissão do título. **j) Benefícios a empregados:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e lançados como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. As provisões trabalhistas são calculadas conforme normas e leis trabalhistas em vigor na data da preparação das Demonstrações Financeiras e são registradas de acordo com o regime de competência. **k) Provisões técnicas:** As sociedades de capitalização devem constituir e calcular as provisões técnicas em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP, assim resumidas: - Provisão matemática para capitalização (PMC): A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) deve ser constituída para a cobertura dos valores garantidos pela tabela de resgate, com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. - Provisão para Resgate (PR): A Provisão para Resgate (PR) deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus, devendo ser atualizada conforme previsão contratual, observadas as regulamentações específicas vigentes. A provisão deve contemplar tanto os títulos vencidos quanto os títulos antecipados. De forma geral, o fato gerador da baixa da provisão, decorrente de pagamento, é a liquidação financeira. - Provisão para Sorteios a Realizar (PSR): A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) deve ser constituída para a cobertura dos valores relativos aos sorteios ainda não realizados, devendo ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados, observadas as regulamentações específicas vigentes. A PSR deve ser atualizada de acordo com os critérios definidos em contrato, observadas as regulamentações específicas vigentes. - Provisão Complementar de Sorteios (PCS): A Provisão Complementar de Sorteios (PCS) deve ser constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar, sendo utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar. - Provisão para Sorteios a Pagar (PSP): A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) deve ser constituída a partir da data de realização do sorteio, devendo ser atualizada conforme previsão contratual, observadas as regulamentações específicas vigentes. De forma geral, o fato gerador da baixa da provisão, decorrente de pagamento, é a liquidação financeira. **4. Gerenciamento de riscos:** A Circular SUSEP nº 483/2014 estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: Risco de crédito: Na análise do risco de crédito são utilizados modelos qualitativos (Análises de balanço, grau de endividamento, volatilidade dos lucros, etc) e modelos quantitativos (classificação de rating estabelecido pela Standard & Poors', Fitch, Moodys', e SR Rating). Adicionalmente, a Companhia optou por mitigar o risco de crédito e liquidez através da alocação dos recursos financeiros em ativos classificados como risco soberano, títulos públicos federais, e em instituições de primeira linha, mesmo sabendo que isto representa uma rentabilidade menor em relação às diversas opções de mercado. Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para investir na operação e honrar seus compromissos, a sociedade apresenta liquidez total em seus investimentos, em virtude dos recursos estarem alocados em títulos públicos federais ou em fundos de títulos públicos federais, constituindo liquidez suficiente para fazer frente à necessidade de caixa. Risco operacional: A Administração entende que a exposição ao risco operacional da Companhia é irrelevante, portanto o foco na gestão de risco concentrou-se na gestão dos ativos financeiros. Risco de Mercado: Na análise do risco de mercado, o risco agregado de todo o portfólio é estimado a partir da perda potencial, através da utilização da metodologia do Value at Risk acrescida do stress test.

Standard & Poor's – Escala Nacional - R$

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	brAAA	brA+	brA-	Sem Rating	Saldo contábil dez-14
Ativo circulante					
Títulos para venda					
Títulos de renda fixa					
Letras financeiras do tesouro - LFT	11.570.900	-	-	-	11.570.900
Quotas de fundos de investimentos (*)	-	-	-	1.250.623	1.250.623
Exposição máxima ao risco de crédito	**11.570.900**	**-**	**-**	**1.250.623**	**12.821.523**

A estrutura interna de gerenciamento de riscos da Invest Capitalização S.A é composta pelas seguintes áreas: - Departamento de Controles Internos; - Departamento Atuarial; - Auditoria Interna. *Análise de sensibilidade:* Considerando que a carteira da Companhia está 100% alocada em renda fixa, a análise de sensibilidade considera como premissa básica a variação da taxa de juros, porém sem efeitos significativos no resultado financeiro e patrimônio líquido da Companhia. *Gestão de Capital*: A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. *Risco Operacional*: O Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição; Na Companhia, a gestão dos riscos operacionais envolve o mapeamento de procedimentos, elaboração de manuais operacionais, identificação e implementação de pontos de controle, visando à mitigação de riscos inerentes às atividades operacionais, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. **5) Aplicações financeiras: a) Composição das aplicações financeiras**: A composição dos títulos classificados como "valor justo por meio do resultado", comparando seu valor de mercado com o seu valor de curva, está representada no quadro abaixo:

	31/12/2014			
	Valor de Curva	Ajuste Mercado	Valor de Mercado	Saldo em 31/12/2013
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado				
Títulos de renda fixa				
Letras financeiras do tesouro – LFT	11.574.365	-3.465	11.570.900	11.667.281
Quota de fundos de investimentos - FI Sicredi	1.250.623	-	-	723.966
Total de ativos a valor justo por meio do resultado	**12.824.988**	**-3.465**	**11.570.900**	**12.391.247**

O valor de mercado dos títulos classificados como 'a valor justo por meio do resultado' foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2014, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. **b) Aplicações financeiras por vencimento:** Demonstramos abaixo a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014:

	dez/14			
	Valor de mercado			
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Valor Total	Valor do custo
Títulos para venda				
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	-	11.570.900	11.570.900	11.570.900
Quotas de fundos de investimento não exclusivo	1.250.623	-	1.250.623	1.250.623
Total da carteira	1.250.623	11.570.900	12.821.523	12.821.523

O valor de mercado foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e Tesouro Nacional. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. *Hierarquia do valor justo*: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue: • Nível 1 – os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2 – outros dados, que não sejam os preços cotados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (isto é, derivado dos preços). • Nível 3 – os dados para o ativo ou passivo não se baseiam em

Continua

Continuação

dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado	dez-14 Nível 1	dez-14 Total	dez-13 Nível 1	dez-13 Total
1) Títulos Públicos Federais				
1.1) Letras Financeiras do Tesouro	11.570.900	11.570.900	11.667.281	11.667.281
2) Títulos Privados				
2.2) Quotas de Fundos de Investimento Não Exclusivo	1.250.623	1.250.623	723.966	723.966

A Companhia não possui operações com aplicações financeiras cuja classificação se enquadra nos níveis 2 e 3 em 31 de dezembro de 2014.

c) Movimentação das aplicações financeiras no período:

Papel	Saldo 31/12/13	Aplicação	Resgate	Rendimento	Saldo 31/12/14	% por tipo aplicação
LFT - LP	11.667.281	11.137.756	12.424.302	1.193.630	11.574.365	90%
Fundo Sicredi IMA-B	723.966	-	270.000	91.490	545.456	4%
Fundo Sicredi Tit. Públicos	-	685.000	-	20.167	705.167	6%
TOTAIS	**12.391.247**	**11.822.756**	**12.694.302**	**1.305.287**	**12.824.988**	**100%**

d) Instrumentos financeiros derivativos: Apesar da possibilidade de utilização de estratégias financeiras com o intuito de proteção das posições financeiras, em 31 de dezembro de 2014 não havia contratos envolvendo operações de "*swap*", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Companhia.

6) Contas a pagar: Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar no curto prazo em 31 de dezembro de 2014:

	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações a pagar	187.664	156.535
Encargos sociais	244.734	39.921
Encargos trabalhistas	24.219	21.856
Impostos de renda	100.269	157.600
Contribuição social	74.561	108.960
Pis6.724	627	
Cofins	41.381	3.857
Total de Contas a pagar	**679.552**	**489.356**

7) Depósitos de terceiros: Esta rubrica contempla valores a reclassificar oriundos de operações de capitalização, como segue:

31/12/2014	Depósitos de terceiros	Outros depósitos	Total	31/12/2013	Depósitos de terceiros	Outros depósitos	Total
De 01 a 30 dias	110.167	27.500	137.667	De 01 a 30 dias	-	-	-
De 31 a 60 dias	-	50.000	50.000	De 31 a 60 dias	-	-	-
De 61 a 120 dias	-	-	-	De 61 a 120 dias	-	-	-
De 121 a 180 dias	-	-	-	De 121 a 180 dias	-	-	-
TOTAL	**110.167**	**77.500**	**187.667**	**TOTAL**	**-**	**-**	**-**

8) Cobertura e detalhamento das Provisões Técnicas: Em garantia das provisões técnicas das operações de capitalização estão sendo oferecidos os valores de acordo com os limites de diversificação e regras de direcionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos garantidores	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	11.570.900	11.667.281
Fundo de Investimento Exclusivo	1.250.623	723.966
Ativos totais	**12.821.523**	**12.391.247**
Provisões Técnicas - Total a ser coberto	**1.978.785**	**1.314.568**
Suficiência de ativos oferecidos em cobertura de Provisões Técnicas	**10.842.738**	**11.076.679**

Detalhamento das Provisões Técnicas:

	Saldo em 31/12/2012	Reversão	Constituição	Transf. p/ resg	Pagamentos	Saldo em 31/12/2013	Reversão	Constituição	Remun.	Transf. p/ resg	Pagamentos	Saldo em 31/12/2014
PMC	55.387	-	1.530.999	(666.104)	-	920.282	-	1.308.222	17.899	(1.555.856)	(5.979)	684.568
PR	-	-	666.106	-	(665.933)	173	-	1.555.855	435	-	(1.448.905)	107.558
PSR	-	(407.732)	407.798	-	-	66	(470.754)	470.707	2	-	-	21
PSP	2.000	-	1.918.788	-	(1.526.741)	394.047	-	6.272.558	3.382	-	(5.483.349)	1.186.638
TOTAL	**57.387**	**(407.732)**	**4.523.691**	**(666.104)**	**(2.192.674)**	**1.314.568**	**(470.754)**	**9.607.343**	**21.717**	**(1.555.856)**	**(6.938.233)**	**1.978.785**

9) Passivos contingentes: A Companhia não possui processos contingentes em andamento em 31 de dezembro de 2014. **10) Patrimônio Líquido: a) Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2014 é de R$ 11.300.001 e estão representadas por 8.483.958 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes a acionistas domiciliados no país. **b) Reservas:** *i. Dividendos:* De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendos obrigatórios não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a legislação societária. *ii. Legal:* A Reserva Legal é constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira (5%) do lucro líquido do exercício, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para futuros aumentos de capital social. *iii. Lucros:* A Reserva de Lucros é constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, tem como objetivo o reforço do Patrimônio Líquido da Sociedade e a sua constituição esta prevista no Estatuto Social. **c) Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados segundo a intenção da administração em disponível para venda, o ajuste é feito em conta específica no patrimônio líquido pelo seu valor líquido dos efeitos tributários sendo transferido para resultado do período quando da venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. **11) Patrimônio líquido ajustado (PLA), margem de solvência e exigência de capital.** Em 31 de dezembro de 2014, os cálculos do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), Capital Mínimo Requerido (CMR) e Suficiência de Capital foram realizados conforme determinações do órgão regulador e estão demonstrados na tabela abaixo:

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio Líquido	12.661.790	12.414.317
Desp antecipadas não relacionadas a resseguros	(628)	(249)
(=) (a) Patrimônio líquido Ajustado	**12.661.162**	**12.414.068**
(b) Capital Base	**10.800.000**	**10.800.000**
(c) Capital de Risco	**1.593.197**	**665.948**
Capital adicional de risco de subscrição	1.189.953	443.896
Capital adicional de risco de crédito	317.331	192.889
Capital adicional de risco operacional	85.913	29.163
(d) Capital mínimo requerido – CMR (maior entre b e c)	**10.800.000**	**10.800.000**
(R$) Suficiência de capital (a) – (d)	**1.861.162**	**1.614.068**
(%) Suficiência de capital	**17,23%**	**14,95%**

12) Transações com partes relacionadas: Os saldos referentes às transações com partes relacionadas, efetuadas em condições normais acordadas entre as partes, não estão demonstrados por se tratar de valores simbólicos. *i. Participação Acionária:* A Investprev Seguradora S.A. possui 8.483.957 ações ordinárias, e Wanmir Almeida Costa possui 01 ação ordinária, compondo dessa forma, sua totalidade de 8.483.958 ações ordinárias. *ii. Outras informações:* Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

13) Detalhamento de contas do resultado

a) Custo de Aquisição	31/12/2014	31/12/2013
Despesas de Corretagem	1.686.410	203.508
Despesas de Custeamento de vendas	323.761	252.161
Total de Custos de Aquisição	**2.010.171**	**455.669**

b) Outras Receitas Operacionais	31/12/2014	31/12/2013
Receita com resgate de título	4.039	-
Outras receitas c/operações de capitalização	51.391	19.063
Total de outras receitas operacionais	**55.430**	**19.063**

c) Despesas Administrativas	31/12/2014	31/12/2013
Despesas com pessoal	698.062	188.254
Despesas com serviços de terceiros	217.516	120.545
Despesas com localização e funcionamento	83.279	51.462
Despesas com donativos e contribuições	36.634	24.376
Despesas com Publicações	28.689	27.232
Outras despesas administrativas	1.267	1.094
Total de despesas administrativas	**1.065.447**	**412.963**

d) Despesas com Tributos	31/12/2014	31/12/2013
Pis	23.377	11.192
Cofins	143.856	68.869
Contribuição Sindical	-	11.876
Taxa de Fiscalização - SUSEP	50.676	47.509
Total de tributos	**217.909**	**139.446**

e) Resultado Financeiro	31/12/2014	31/12/2013
Receita com títulos de renda fixa - Privados	111.657	(156.829)
Receita com títulos de renda fixa - Públicos	1.267.233	835.697
Outras despesas financeiras	(25.601)	(19.760)
Outras receitas financeiras	319	9
Total do resultado financeiro	**1.353.608**	**659.117**

f) Imposto de Renda e Contribuição Social: As despesas de imposto de renda e contribuição social dos períodos referidos incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos do imposto de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. No Brasil, o imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240.000 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% para as sociedades de Capitalização. Estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
Descrição	**IRPJ**	**CSLL**	**IRPJ**	**CSLL**
Lucro Líquido	497.074	497.074	590.383	590.383
Provisões não dedutíveis	-	-	136.018	136.018
(=) Base de cálculo	497.074	497.074	726.401	726.401
Imposto de renda	15%	-	15%	-
Imposto de renda alíquota adicional	10%	-	10%	-
Contribuição social	-	15%	-	15%
Total de IRPJ e CSLL	**(100.269)**	**(74.560)**	**(157.600)**	**(108.960)**

Diretoria Executiva

Luciano Graneto Vieira - Diretor Presidente
Flávio Taboada - Diretor Vice-Presidente
Marcelo G. Flores da Silva - MIBA-MTb/RJ 996 - Atuário Responsável
Elaine Rodrigues Simões - CRC/RS – 055250/0-3 - Contadora Responsável

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas da Invest Capitalização S/A

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Invest Capitalização S/A - "Sociedade", em 31/12/2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Auditoria Independente: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2015.

Luiz Ernesto Both - Atuário MIBA 425
ATUÁRIA BRASIL Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda - CIBA 0087
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236,
Conj. 601 – POA/RS

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Invest Capitalização S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da Invest Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Invest Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros assuntos: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados conforme relatório de auditoria emitido em 26 de fevereiro de 2014 contendo ênfase quanto a Intervenção Extrajudicial decretada pela Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP nº 5.440 no período de 06 de agosto de 2013 á 07 de fevereiro de 2014.

Porto Alegre(RS), 24 de fevereiro de 2015.

Rosito & Filomena Auditores Independentes
CRC/RS 3993 – CVM 9091
José Albino Filomena
Contador-CRC-RS 43.798

1444755

A Corag imprime qualidade !

Corag Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

O GED (Gerenciamento Eletrônico de Documentos) foi certificado em 2011, a UIS (Unidade de Impressão de Segurança), foi certificada em 2013, agora chegou a vez do DOE (Diário Oficial do Estado) e a Nota Fiscal do Produtor Rural, que já foram recomendados à certificação da ISO 9001:2008 pelo BSI Group Américas Inc.

bsi.

Corag Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas

A Corag é patrimônio do Povo Gaúcho!

Imprensa Oficial do Estado